

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Amapá – CAU/AP**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno.

O Conselho está localizado na Avenida Caramuru, 356, Cep 68902-100, Beírol, Macapá-AP.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 19 de janeiro de 2018, por meio da Deliberação da 1ª Reunião Plenária Extraordinária 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AP, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.
- d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	R\$ 281.924,47	R\$ 151.018,91
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(R\$ 257.876,30)	(R\$ 138.136,99)

Do montante de R\$ 257.876,30 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$ 119.739,31, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$ 138.136,99 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4 Imobilizado



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AP segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/AP, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor Residual</u>
Edificações	25	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Veículos	5	10%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	307.017,27	812.347,27
	<u>307.017,27</u>	<u>812.347,27</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de anuidades

	2017	2016
Contas a receber de anuidades	281.924,47	167.270,05
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(257.876,30)	-
	<u>24.048,17</u>	<u>167.270,05</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	281.924,47	167.270,05
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(257.876,30)	-
	24.048,17	167.270,05

A Entidade registrou a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa através do comparativo dos valores a receber dos anos de 2014 a 2016 na situação de 31/12/2016 versus 31/12/2017, obtendo percentual médio de anuidades pessoas físicas e jurídicas reduzidas em 8,53%. Com isso, registrou-se o percentual médio de 91,47% de inadimplência.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

	Consolidado	
	2017	2016
Adiantamento concedido a pessoal	3.750,27	2.987,04
Tributos a recuperar	-	-
	3.750,27	2.987,04

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	2017	2016
Prêmios de seguros	418,85	-
Imprensa Nacional	1.660,54	724,46
	2.079,39	724,46



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Móveis e utensílios	24.574,70	(8.156,00)	16.418,70	18.631,74
Máquinas e Equipamentos	17.976,17	(4.323,10)	13.653,07	15.271,03
Utensílios de Copa e Cozinha	5.918,83	(1.784,77)	4.134,06	4.666,74
Veículos	74.490,00	(54.750,15)	19.739,85	33.148,05
Equipamentos de Processamento de Dados	53.960,32	(22.333,67)	31.626,65	17.399,05
Edificações	620.000,00	(16.740,00)	603.260,00	-
Total	796.920,02	(108.087,69)	688.832,33	89.116,61

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:
Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Móveis e utensílios	18.631,74	-	-	(2.213,04)	16.418,70
Máquinas e Equipamentos	15.271,03	-	-	(1.617,96)	13.653,07
Cozinha	4.666,74	-	-	(532,68)	4.134,06
Veículos	33.148,05	-	-	(13.408,20)	19.739,85
Equipamentos de Processamento e Dados	17.399,05	20.401,33	-	(6.173,73)	31.626,65
Edificações	-	620.000,00	-	(16.740,00)	603.260,00
Total	89.116,61	640.401,33	-	(40.685,61)	688.832,33



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Ativo Circulante	336.895,10	983.328,82
Ativo Não circulante	688.832,33	89.116,61
Ativo Total	1.025.727,43	1.072.445,43

10. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Prestação de serviço	-	-
Fornecedor de materiais	10.811,00	500,00
Outros fornecedores	-	-
	10.811,00	500,00

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
A vencer		
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	10.811,00	500,00
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	10.811,00	500,00

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e encargos sociais	-	-
Provisão para férias e encargos sociais	50.890,93	39.123,39
	50.890,93	39.123,39
	2017	2016
Passivo circulante	61.701,93	39.623,39
Passivo não circulante	-	-
Passivo total	61.701,93	39.623,39



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

12. Provisão para riscos processuais

Conforme memorando da Procuradoria Jurídica, não há processos trabalhistas e cíveis envolvendo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá.

13. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos Conselheiros corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos realizados pelo sistema CAU-BR/CAU-UF, sendo concedido o valor de R\$ 94.690,00 (noventa e quatro mil, seiscentos e noventa reais) em 2017.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos colegiados.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2017	2016
Pessoal e Encargos Sociais	471.755,85	425.754,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outras Despesas Correntes	557.373,40	517.325,65
Investimentos	7.998,00	31.035,88
Inversões Financeiras	620.000,00	-
Amorização da Dívida	-	-
Reserva de Contingencia	-	-
	1.657.127,25	974.115,97



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.256.330,18	1.249.591,74
(-) Variação Patrimonial Aumentativa (Despesa)	(1.186.891,55)	(972.903,51)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	69.438,63	276.688,23
Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	1.141.577,58	941.070,35
(-) Despesas Empenhadas	(1.657.127,25)	(974.115,97)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	515.549,67	108.205,72
Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo Disponível Apurado	307.017,27	812.347,27
(-) Passivo Financeiro	(78.577,16)	(55.826,72)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	228.440,11	756.520,55

15.1 Do Déficit Orçamentário

Em 2017, foi prevista a realização de despesas com investimento no valor de R\$ 756.520,00 com a fonte de recurso o superávit apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Conforme diretrizes para elaboração do plano de ação e orçamento do CAU exercício 2017, item 2.5, a alocação dos recursos do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Receitas de Capital) ficam condicionada à utilização em Despesas de Capital (ex. Bens móveis e imóveis).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, do valor previsto de despesa de capital com fonte de recurso do superávit financeiro, executou R\$ 627.998,00 com a imóvel para instalação da sede aquisição de equipamentos de informática. Por isso, ocasionou o déficit no resultado orçamentário.

16. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1 veículo	40.660
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	460.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<u>500.660</u>

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Macapá/AP, 02 de março de 2017.

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil CAU-AP
CRC-TO 004769/O-2

Eumenides de Almeida Mascarenhas
Presidente do CAU-AP